


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **4002182-85.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Energia Elétrica**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 30/06/2014 14:31:47 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

LUIS RAFAEL DA SILVA ALVES propõe ação indenizatória por danos morais contra **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL** aduzindo que, sem qualquer motivo, a ré cortou o fornecimento de energia elétrica de sua residência, em 22/10/2012. Insistindo o autor perante a ré a respeito da ausência de qualquer fundamento para o corte, somente dias depois o fornecimento foi restabelecido. Pede indenização por danos morais.

A ré foi citada e contestou (fls. 29/50), sustentando que a ex-proprietária do imóvel solicitou o cancelamento da ligação e que agiu no exercício regular do direito, cabendo ao usuário manter o cadastro atualizado na concessionária.

O autor apresentou réplica sustentando que quando o corte foi interrompido já constava como usuário, não se admitindo a interrupção no fornecimento a pedido de quem não é mais usuário (fls. 82/89)

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é procedente.

O autor é o usuário do serviço de energia elétrica. Incontroverso que não houve inadimplemento ensejador do corte.

Foi a pedido da ex-usuária mas que o corte foi efetuado.

Se a ré não soubesse que o usuário do serviço era o autor, poderia até não se cogitar em responsabilidade sua pelos danos causados, já que estaria então apenas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

desligando um serviço a pedido daquele que, segundo seu conhecimento, seria o efetivo usuário, promovendo portanto a rescisão do contrato.

Todavia, não é o caso.

A ré, em contestação, trouxe impresso de seu sistema informatizado, às fls. 31, no qual lemos: "**A pedido do titular da conta ex-proprietária ao imóvel desligar definitivo, desligar mesmo que não tenha acesso para retirar o medidor. Contato – Ana Alice Moro**".

Observamos que a solicitante apresentou-se como ex-proprietária. É intuitivo que, como a energia elétrica estava sendo consumida no imóvel, havia outra pessoa usufruindo dos serviços, de modo que já deveria a ré ter observado, por seus prepostos, que o caso era de cadastro desatualizado, merecendo cuidado o cumprimento da solicitação, por envolver o fornecimento de serviço essencial.

O serviço foi executado em 22/10.

A ré diz que o autor não constava como usuário em tal data. Todavia, observamos no extrato de fls. 30 a existência de um contrato de fornecimento celebrado em 21/10/12 em nome do autor. Portanto antes, um dia antes, do corte. Logo, o pedido da terceira, ex-proprietária, também por tal razão, não poderia ter sido atendido.

A ré falhou ao prestar o serviço (art. 20, CDC) uma vez que tinha conhecimento (seja porque Ana Alice Moro identificou-se como ex-proprietária; seja porque na véspera da interrupção do serviço houve a atualização cadastral ao nome do autor) de que o solicitante do cancelamento não era o real usuário do serviço, fato que não foi devidamente considerado, prosseguindo na interrupção.

Ainda que o autor tenha concorrido para o corte da energia ao não promover a transferência das contas de energia elétrica para o seu nome com mais rapidez, o corte de energia elétrica não é e não pode ser utilizado como meio de coerção para que tal providência cadastral seja realizada.

Há outros meios de a ré obter dados atualizados do novo usuário, sem necessidade de interromper o serviço, mais ainda quando as contas estão sendo regularmente pagas, demonstrando boa-fé do usuário atual.

O serviço público, por sua essencialidade, deve ser contínuo, nos termos do art. 6º, § 1º da Lei nº 8.987/95, e as hipóteses de corte de fornecimento da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

energia são somente as previstas no § 3º do mesmo artigo: razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; inadimplemento do usuário.

Nenhum dessas hipóteses autorizaria a interrupção para o caso dos autos.

Sendo assim, indevido o corte de fornecimento, devida a indenização pelos danos morais causados ao autor, sendo esses danos constatados in re ipsa e por regra de experiência (art. 335, CPC), haja vista a essencialidade do serviço de energia elétrica, que o autore sua família tiveram privado por alguns dias.

Segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando o período que o autor ficou, injustamente, sem energia elétrica, o lapso da ré na prestação do serviço, e o transtorno e a humilhação advindos do fato para a vítima, arbitro a indenização em R\$ 7.500,00.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação e CONDENO a ré a pagar ao autor R\$ 7.500,00, com atualização monetária a partir da presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde o corte indevido em 22/10/12, CONDENANDO-A ainda nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em 15% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 28 de julho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA